



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 07/02/2017	Medida Provisória nº 759/2016
---------------------------	--------------------------------------

Autor Deputado Federal PADRE JOÃO (PT/MG)	Nº do Prontuário
--	-------------------------

1. Supressiva 2. Substitutiva 3. **Modificativa** 4. Aditiva 5. Substitutivo Global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se os §§ 6º, 7º, 8º e 9º do art. 2º da Lei 8.629 de 1993, incluídos pela Medida Provisória nº 2183-56.

JUSTIFICAÇÃO

A MP 2.183-56 de 24 de agosto de 2001 se enquadra nas medidas que não foram votadas pelo Congresso, mas foram incorporadas nos normativos legais por força de Emenda Constitucional 32/2001.

A MP ficou conhecida com a Medida provisória anti-invasão, pois previa a punição de agricultores sem terra que participasse de ocupações de prédios públicos ou de fazenda, assim como responsabilizava entidades que estes agricultores tinham vínculo. Com o passar do tempo os tribunais superiores foram flexibilizando o entendimento da aplicação dos referidos artigos, inclusive com base no argumento exaurido outrora pelo ex-Ministro do STF, Sepúlveda Pertence, de que se trata de uma sanção de classe social, recaindo indiscriminadamente sobre todos os pobres do país. Já que a ocupação é feita por um grupo específico e a desapropriação, a priori, é destinada a todos os hipossuficientes do campo (sem nenhuma relação com a ocupação, inclusive) que sejam beneficiários potenciais da reforma agrária.

Muito melhor entendimento já foi pacificado pelo STF, inclusive julgando a interpretação literal dos artigos ora revogados como inconstitucionais, em diversos julgados, como o MS 24.136 e o MS 23.857, que orientaram a impossibilidade de vistoria e desapropriação somente em imóveis que a ocupação interferisse consideravelmente na produtividade do imóvel (quando a área não era ínfima). E, tais condições seguem o preceito constitucional do art. 185, II. Sem a necessidade desses artigos que devem ser revogados.





PARLAMENTAR



Deputado Federal PADRE JOÃO (PT/MG)



CD/17977.13986-06